

A Comissão Pastoral da Terra de Alagoas: repertório e formas de interações

The “Comissão Pastoral da Terra de Alagoas”: repertory and forms of interactions

Resumo

Tomando da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Alagoas como objeto de estudo, o artigo realiza uma análise de seu repertório utilizado nas interações com os partidos políticos e com o Estado. Foram identificadas as estratégias de ação, classificadas em categorias analíticas destacadas pela literatura recente e observada sua lógica, seus objetivos, potencialidades e limitações. A operacionalização metodológica se deu a partir de análises de base de conteúdos jornalísticos e entrevistas a atores envolvidos diretamente com a CPT-Alagoas. A pesquisa fundamenta-se na Teoria do Confronto Político, sobretudo em autores como Charles Tilly (2006; 2010) e Sidney Tarrow (2009), assim como em contribuições da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, sobretudo nas contribuições de Melucci (1996) e Gohn (2007). Foi observada a existência de diálogos entre a Comissão Pastoral da Terra com os partidos políticos de esquerda, porém buscando manter autonomia. Em relação ao Estado há um discurso em prol do diálogo, embora sua atuação seja marcada por confronto; quando não conflitiva, predominando ações não institucionalizadas.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais; Partidos Políticos; Estado; Repertório; Interação.

Cristiano das Neves Bodart

Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail:
cristianobodart@gmail.com

Geysson dos Santos Pereira

Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduando em Ciências Sociais (UFAL).

Abstract

Considering the “Comissão Pastoral da Terra” (CPT) of Alagoas as a study object, this article undertakes an analysis of the repertoire used in its interactions with political parties and with the State. The strategies of action were identified, classifying them into analytical categories highlighted by the recent literature. The logic of its actions, its objectives, potentialities and limitations was observed. The methodological operation was based on analyses of journalistic content and interviews with the actors directly involved with CPT-Alagoas. The research is based on Political Confrontation Theory, especially on authors such as Charles Tilly (2006; 2010) and Sidney Tarrow (2009), as well as contributions from New Social Movements Theory, especially on the contributions of Melucci (1996) and Gohn (2007). The existence of dialogues between the “Comissão Pastoral da Terra” with the leftist political parties was observed, each however seeking to maintain their autonomy. In relation to the State, there is a discourse for dialogue, although its performance is marked as much by confrontation as by non-confrontation; predominating non-institutionalized actions.

Keywords: Social Movements; Political parties; State; Repertoire; Interaction.

Introdução

A atuação de segmentos da Igreja Católica em ações coletivas teve papel importante na origem e na organização de muitos movimentos sociais (MS) na América Latina, com destaque para o Movimento Sem Terra. Como demonstrou Bodart (2016), há forte imbricação entre MS de esquerda e grupos da Igreja Católica, como o movimento conhecido como Teologia da Libertação e a Comissão Pastoral da Terra.

Durante a busca pela redemocratização do Brasil, os MS contestatórios intensificaram suas atuações em oposição ao regime militar e como parte de sua estratégia se aproximaram de grupos e partidos políticos clandestinos de esquerda existentes naquele período. Em muitas situações contaram com o apoio das

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), setor minoritário no interior da Igreja Católica.

Durante a ditadura civil-militar brasileira, a aproximação das CEBs em relação aos MS proporcionou uma estrutura organizativa maior, possibilitando a presença de militantes católicos em sindicatos, chãos de fábrica, principalmente na antiga região do ABC¹ Paulista, conhecida pela força industrial que já possuía no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980. Essa presença ocorreu por meio da participação direta e ativa de outros escalões da hierarquia católica, inclusive de bispos, fomentando discussões e dando suporte aos movimentos grevistas. Contudo, essa rede de apoio não era homogênea no interior da Igreja Católica. Paróquias e padres viviam em clima de tensão por conta da indefinição da instituição em apoiar oficialmente as lutas dos MS de esquerda naquele período (MACHADO, 2009). Parece que essa tensão ainda permanece na Comissão Pastoral da Terra, que atua em apoio ao Movimento Sem Terra (MST) e luta pela Reforma Agrária no Brasil sem, contudo, se autodeclarar como Movimento Social ou se colocar oficialmente em oposição ao Estado burguês².

Os vínculos entre segmentos da Igreja Católica com partidos políticos de esquerda foram emblemáticos na discussão acerca da criação de um “partido popular”, questão que esteve presente no interior dos MS brasileiros desde a década de 1970. O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, foi marcado por uma frente de articulação reunindo diversos MS de esquerda, dentre eles, as CEBs (MACHADO, 2009).

Contudo, não é possível interpretar a relação entre Estado e Movimentos Sociais (MS) de forma maniqueísta, ou seja, não vale a pena considerá-los apenas como dois inimigos, cuja relação é regida somente por confrontações. Fazendo isso, o entendimento do papel de ambos na construção de uma sociedade democrática fica comprometida.

¹Região industrial do estado de São Paulo, a sigla corresponde às cidades de: Santo André, São Bernardo e São Caetano.

²A partir de uma leitura marxista, os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda geralmente se referem ao Estado com o adjetivo “burguês”, isso por acreditar que o Estado serve aos interesses das elites econômicas e está a serviço da manutenção de seus privilégios em detrimento à exploração e à exclusão social da classe trabalhadora.

Levando em consideração a histórica participação da Igreja Católica na mobilização coletiva, buscamos, estudando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Alagoas, compreender suas relações com os partidos políticos e com o Estado, e de que forma delimita suas estratégias de ação coletiva.

Problematizamos as características da Comissão Pastoral da Terra (CPT) à luz do conceito de MS, ainda que não haja o autorreconhecimento. Nos apropriamos de conceitos da Teoria dos Processos Políticos (TPP) e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), como “repertório de ação coletiva”, “confronto político”, “estruturas de oportunidades”, “performance” e “identidade coletiva”.

O artigo se divide em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira seção é exposta a base teórica que fundamenta as exposições e análises. Na segunda parte deste *paper* destacamos os procedimentos metodológicos adotados. Por fim, na terceira parte, exploramos as recentes atuações da CPT-Alagoas face ao Estado e aos partidos políticos.

Partimos do pressuposto de que entendendo o repertório e as interações da CPT-Alagoas com o Estado e com os partidos políticos compreenderemos suas características e objetivos. Ou seja, partimos no sentido oposto ao convencional em análises que buscam compreender grupos sociais; olhando para as ações em direção aos discursos e objetivos.

1 Os repertórios e as estratégias em ações coletivas

Na presente seção buscamos destacar a estrutura teórico-conceitual das análises pretendidas na seção posterior deste artigo.

O conceito de movimentos sociais aqui adotado se encontra nos trabalhos de Tarrow (2009) e Tilly (2010). Para Tarrow (2009), os MS não devem ser compreendidos a partir de casos polares, como o extremismo, a privação e a violência. Antes, enquanto “[...] desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social em uma interação sustentada com as elites, opositores e autoridade” (*ibidem*, p. 20). Os MS evidenciam elementos empíricos que o distinguem de outras formas de organizações coletivas, como protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social,

interação sustentada (*ibidem*). Os MS estão sempre realizando demonstrações de valor, unidade, número e comprometimento (VUNC), embora isso, por si só, não os diferencie dos demais grupos coletivos (TILLY, 2010).

Outra definição que corrobora para a compreensão do conceito de movimentos sociais que aqui adotamos encontra-se em Scherer-Warren (2003, p. 30), para quem, “Movimento Social deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil”.

Tilly (2010) destaca elementos constituintes dos movimentos sociais, os quais nos ajudam, como recurso conceitual, a caracterizar e classificar ações coletivas. Para ele, os MS apresentam programa, reivindicação, identidade, posição, campanhas performáticas e interativas, repertório de atuação e um discurso de afirmação da soberania popular. Partindo desses elementos constituintes dos MS, sob as contribuições da Teoria dos Processos Políticos (TPP), julgamos ser mais promissor uma análise da Comissão Pastoral da Terra como Movimento Social, mesmo que em seu discurso oficial, como demonstraremos, não haja autorreconhecimento como tal.

Para pensarmos a conceituação de “repertório” é necessário retomar suas origens. O contexto em que o conceito de repertório foi desenvolvido esteve marcado pelo enfrentamento contencioso entre Movimento Social e Estado, e pelo entendimento de que o Estado e o MS eram inimigos (BODART, 2016). Contudo, atualmente, repertório, a grosso modo, é entendido como estratégias adotadas pelos MS em suas ações interativas conflituosas – ou não – em relação ao Estado e outros atores sociais, como os partidos políticos. Segundo Tarrow (2009), os repertórios dizem respeito às maneiras de ações coletivas serem reinventadas, adaptadas e combinando várias formas de confronto, de forma que o movimento possa ganhar apoio de pessoas e novos adeptos para situações de confronto.

Como destacaram Tarrow (2009) e Pereira e Silva (2017), os repertórios são mutáveis de acordo com as estruturas de oportunidades políticas existentes. Observando as formas mais conhecidas de atuação das CEBs nos períodos de regime militar e de redemocratização do país, nota-se uma flexibilização nas suas estratégias de atuação. Notamos sua atuação na participação direta, via seus militantes, na

construção de um novo partido político, em mobilizações coletivas, criação e manutenção de MS e na ocupação de lideranças sociais, forjadas em seu seio, em cargos do Estado. Assim, entendendo que os repertórios não são estáticos, nos possibilita um vasto campo de análise dos MS na contemporaneidade, sendo constituídos a partir de conjunturas sócio-políticas (TARROW, 2009). Nesse sentido, as relações entre MS e Estado são também dinâmicas, e nos importa compreender as mudanças e as configurações atuais.

Podemos definir repertório como um conjunto de formas de ações, sendo categorizado historicamente em duas subdivisões: i) repertório de confronto, referente às maneiras através das quais os indivíduos agem em unidade em busca de interesses compartilhados e; ii) o repertório de performance, que diz respeito aos atores performáticos em ação e suas habilidades de dinamizar os processos reivindicatórios (ALONSO, 2012).

A noção de performance reivindicativa pode ser compreendida a partir da dimensão das manifestações de rua. Seu surgimento se deu a partir do século XIX, em países nórdicos; logo transferida para outros territórios, sofrendo processos de adaptação e condicionadas por sua “cultura local”. Assim, as performances que constituem o repertório de um Movimento Social podem ser reconhecidas em diferentes contextos, mas cada qual agrega símbolos e signos próprios do local (ALONSO, 2012). Tilly (2006) classificou as performances reivindicativas (“*claim-making performances*”) como prescritas, toleradas e proibidas. Prescritas são aquelas garantidas por força de lei. A complexidade dos repertórios nos leva a pensá-los em situações de institucionalização e não institucionalização, conflitivas e não conflitivas, como destacado por Leitão (2012).

Quadro 1 – Matriz dos tipos de relação entre Estado e movimentos sociais.

	Institucional	Não institucional
Conflitivo	Institucionalização	Contestação
Não conflitivo	Assimilação/Cooptação	Colaboração

Fonte: Leitão (2012).

Assim conceituou Leitão (2012, p. 30) as tipologias de sua matriz:

1. Contestação: esse seria o caso mais próximo da literatura tradicional acerca dos movimentos sociais. A relação entre o Estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse modelo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação direta, mobilizações de rua etc., são os principais repertórios de ação dos movimentos sociais em um contexto deste tipo.
2. Colaboração: nesse modelo o conflito é baixo e, apesar de não haver espaços institucionais de relação entre Estado e movimentos sociais, existe uma colaboração entre ambos.
3. Assimilação/Cooptação: nesse modelo o conflito é praticamente inexistente e os movimentos sociais colaboram com o Estado através de espaços formais de participação.
4. Institucionalização: [...] nesse modelo há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém o conflito político segue existindo e os repertórios de ação são amplos. Aqui, os partidos políticos são os principais mediadores da relação Estado-movimento.

O repertório é dinamizado, também, a partir da presença ou não de uma estabilidade política. As atuações em espaços institucionalizados, como orçamento participativo e conselhos deliberativos, de fiscalização e consultivos, podem ser vistos como parte do repertório dos MS (BODART, 2016). Nesse contexto, as estruturas de oportunidades políticas são elementos importantes a serem analisados na busca pela compreensão da atuação dos MS (TARROW, 2009).

Na relação entre Estado e MS, atores sociais que estão à margem da política institucional podem se tornar protagonistas dessa dinâmica (LEITÃO, 2012), bem como ser o caminho para a entrada na política institucional, seja como candidato a cargo eletivo no aparelho burocrático Estado ou como *insider tactics*. Como destacou Bodart (2016, p. 75), “*insider tactics* são as táticas que os ativistas mobilizam ao incluir-se no interior do Estado; seria uma estratégia de influenciar as políticas públicas “por dentro” do aparelho governamental”. Essa tática também possibilita o acesso às informações que de outra forma os MS não teriam. A informação é um elemento importante para planejar estratégias de atuação (*ibidem*).

Estruturas de oportunidades políticas são dimensões importantes da luta política, uma vez que havendo oportunidades de participação política pode ocorrer o encorajamento das pessoas a se engajarem no confronto político. Por outro lado, restrições políticas, como a repressão, desencorajam a participação (TARROW, 2009).

Considerar as oportunidades políticas na análise das ações dos MS nos auxilia na compreensão sobre formação de novas redes e ampliação e criação de novas estruturas de mobilização (GOHN, 2007). Essas estruturas são construídas a partir de grupos e redes sociais que passam a agregar novos integrantes aos MS, assim como mantê-los e mobilizá-los. As oportunidades políticas são dimensões que envolvem a luta política, que favorece o engajamento de pessoas ao confronto político, uma vez que a motivação também advém de elementos externos ao grupo (TARROW, 2009). As estruturas de oportunidades podem abrir caminhos para a institucionalização das ações e dos movimentos coletivos, como demonstrou Bodart (2016) ao apresentar o processo de institucionalização de espaços de participação social.

Outro elemento a ser considerado nos estudos dos MS são as estruturas de mobilização e organização. Para Tarrow é na organização que está o principal elemento para entender como são produzidas suas mensagens e de que forma elas são difundidas (GOHN, 2007). Outros elementos a serem considerados são os símbolos dos MS e as definições que os grupos determinam para suas ações e escolhas (TARROW, 2009), bem como as redes e marcos referenciais construídos (GOHN, 2007).

Por serem as relações entre MS e Estado complexas acreditamos que algumas formas de atuações não são contempladas na matriz de Leitão (2012) e nas tipologias de Tilly (2006). Por isso, buscando ampliar as possibilidades interpretativas, expandimos a matriz de relações, como se vê no quadro 3, na seção metodológica.

Melucci (1996) destaca um elemento fundamental para refletirmos acerca da constituição dos MS contemporâneos, a identidade coletiva. Sobre identidade coletiva, afirma poder ser entendida a partir de uma definição interativa e compartilhada, produzida por um aglomerado de indivíduos ou de grupos com diferentes dinâmicas organizacionais. Sendo assim, as dinâmicas coletivas constituem de forma dialética o processo de formação de identidades coletivas.

Partindo do entendimento de Melucci (1996), para quem as ações coletivas emergem a partir de uma conjuntura conflituosa, podemos afirmar que os MS compõem sistemas de ações, entre diferentes níveis, nos quais há uma distinção entre forma e representação de imagens e ideias, o que intensifica a constituição de novos símbolos e significados (GOHN, 2007). As ações coletivas não podem ser reduzidas a cálculos exatos, pois há mobilização da subjetividade dos indivíduos e a identidade coletiva possui um papel importante nesse processo. Dentro dos grupos há um processo de autorreflexão acerca do significado das ações, sendo assim, é correto pontuar o processo de aprendizagem que constitui também a formação da identidade coletiva dos MS (GOHN, 2007). Na próxima seção apresentaremos a metodologia adotada.

2 Metodologia

A base de dados da presente pesquisa foi construída por meio de três etapas complementares. Foram elas: i) coleta de notícias em sites jornalísticos; ii) entrevistas em profundidade semiestruturadas realizadas presencialmente aos representantes da CPT e de partidos políticos; iii) entrevistas em profundidade semiestruturadas realizadas aos representantes da CPT e de partidos políticos, por meio de gravações de áudios enviados pelo aplicativo WhatsApp.

Buscando coletar informações referentes ao repertório da CPT-Alagoas realizamos um levantamento de notícias publicadas no *blog* da CPT-Alagoas e em sites jornalísticos, sendo eles GazetaWeb, TNH1 e CadaMinuto. O recorte temporal foi delimitado a partir da disponibilidade da primeira matéria envolvendo ações coletivas da CPT-Alagoas, datada de julho de 2008, até a data de término da coleta, abril de 2018. A busca na internet teve por descritores os termos “CPT” e “Comissão Pastoral da Terra”. O filtro usado para a seleção do conteúdo era estar diretamente relacionado à CPT-Alagoas. Foram, ao todo, encontradas 166 ocorrências de ações coletivas da CPT-Alagoas (não repetidas), as quais constituem nossa base de dados.

Foram realizadas entrevistas a 6 militantes, como se observa no Quadro 2:

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados.

Sequência	Função	Sexo	Tempo de Militância
Entrevistado número 1	Coordenador da CPT-Alagoas.	Masc.	25 anos
Entrevistada número 2	Ex-Coordenadora da CPT-Alagoas – Fundadora.	Fem.	34 anos
Entrevistada número 3	Coordenadora da CPT-Alagoas.	Fem.	Não disponibilizou
Entrevistada número 4	Coordenadora de Juventude do Partido dos Trabalhadores (PT).	Fem.	8 anos
Entrevistado número 5	Militante de partido de esquerda (PSOL).	Masc.	10 anos
Entrevistado número 6	Militante de partido de esquerda (PCdoB).	Masc.	12 anos

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas ocorreram, em um primeiro momento, em copresença. Para maior aprofundamento, na medida em que alcançamos avanços nas análises dos conteúdos coletados na internet, retomamos as entrevistas, tendo sido utilizada a troca de mensagens em áudios por meio do aplicativo WhatsApp. O uso desse aplicativo se deu devido à incompatibilidade de agendas.

No que diz respeito à comparação de narrativas, utilizamos alguns critérios para sistematizar os dados no Excel, sendo definidos a partir do enquadramento teórico apresentado na seção anterior. As variáveis que embasam a presente sistematização foram definidas a partir dos critérios: i) data de início da ação coletiva; ii) ação, propriamente dita; iii) tipo de tática do repertório; iv) relação com outros atores coletivos e; v) quantidade de pessoas diretamente envolvidas.

As propostas de coletar dados no *blog* da CPT-Alagoas e em sites jornalísticos, e de realizar as entrevistas, surgiram a fim de que fossem complementares, uma vez que julgamos ambos isoladamente insuficientes para os objetivos desta pesquisa.

No quadro 3 destacamos a matriz criada para as análises que realizaremos da CPT-Alagoas.

Quadro 3 – Matriz dos tipos de relação entre Estado e movimentos sociais.

	Institucional	Não institucional
Conflitivo	Ações em espaços institucionalizados.	Contestações (toleradas e proibidas)
Não conflitivo	Assimilação-cooptação, <i>insider tactics</i> e colaboração.	Colaboração

Fonte: Elaboração própria, a partir das colaborações de Leitão (2012) e Bodart (2016).

Classificaremos as ações conflitivas e não conflitivas, como se vê no quadro 3, em: i) institucional, quando emergente a partir de regras ou direitos, na ótica da legalidade institucional, marcada pela entrada prescrita do MS em ações de interação com o Estado, sendo assim garantidas por leis, como em Fóruns, Orçamentos Participativos, Conselhos, etc.; ii) não institucional, quando realizada de forma ou em espaços não prescritos nas regras ou em direitos institucionalizados.

As ações conflitivas não institucionais podem ser classificadas em toleradas e proibidas. Mesmo em espaços institucionalizados podem haver conflitos entre o MS e o Estado, assim como a colaboração ocorrer de forma institucionalizada ou não. Por assimilação-cooptação entendemos como uma interação sem conflito, em que o MS ou integrantes dele assimilam as oposições do Estado e/ou passam a atuar em seu favor. Já no *insider tactics* temos uma atuação no interior do Estado em prol do MS, mantendo a oposição ao Estado.

Na seção seguinte partiremos do contexto que está localizado o nosso objeto de análise, a fim de compreender como a Comissão Pastoral da Terra de Alagoas se relaciona com o Estado e com os partidos políticos, bem como observar o repertório desse movimento.

3 A Comissão Pastoral da Terra de Alagoas: configuração, ações e interações

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) (nacional) tem sua origem oficial no ano de 1975. Sua emergência ocorre a partir de constantes conflitos na região Norte do país, em um contexto marcado pela ditadura civil-militar e pela clandestinidade das organizações políticas progressistas (LIMA, 2013). A CPT tem, nos últimos anos, se mostrado combativa, com ampla capacidade de mobilização e ampliação de seu repertório de alianças e compromissos junto a povos originários, a comunidades camponesas e quilombolas, além atuar de forma direta em conflitos pela água e no combate à violência contra as mulheres³. Em Alagoas a sua origem remonta a 1984⁴, sendo o setor dos trabalhadores canavieiros seu principal foco de atuação naquele

³Para mais detalhes de suas recentes atuações, ver: <https://www.cptnacional.org.br/>

⁴Para maior aprofundamento na história da CPT-Alagoas, ver Lima (2016).

momento⁵. Surge em um contexto de forte seca, embora a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fosse a de que o problema envolvendo os trabalhadores rurais estava no latifúndio de monocultura e da profunda desigualdade social (LIMA, 2016).

A despeito da importante atuação da CPT no Brasil, neste artigo, pelos limites típicos desse tipo de publicação, vamos nos centrar em analisar os repertórios da CPT-Alagoas. Contudo, importa destacar que várias pesquisas vêm analisando as experiências da CPT em diversas partes do país, como Mitidiero Júnior (2008), Ferreira Neto (2012) e Canuto, Luz e Wichinieski (2012).

Segundo Santos (2014), os primeiros trabalhos da CPT-Alagoas tiveram início em unidade com trabalhadores assalariados da monocultura da cana-de-açúcar, passando por uma reestruturação na forma de atuação nos anos 1990, isso motivado pela reorganização do setor sucroalcooleiro. Nesse contexto, a CPT-Alagoas passou a assessorar ocupações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assumindo um papel que ultrapassa as funções de pastoral da Igreja Católica, tornando-se uma “pastoral em movimento”, mantendo diálogo com diversos MS (SANTOS, 2014).

A CPT-Alagoas funciona a partir de bases, que seriam subdivisões utilizadas para manter a organicidade da instituição, sendo divididas essencialmente por três: litoral, zona da mata e sertão; presentes em duas arquidioceses. As bases reúnem-se mensalmente e as decisões políticas mais amplas são deliberadas em assembleias anuais gerais que ocorrem no nível estadual, reunindo camponeses e coordenações. A partir dessas assembleias há, quando necessário, atualização da ação político-pastoral (LIMA, 2013).

O espaço de maior instância da CPT são os congressos nacionais, onde se definem diretrizes para os quatro anos seguintes, contribuindo na forma e no conteúdo do serviço pastoral, contando com a participação das diferentes categorias de sua estrutura organizacional, buscando evidenciar sua principal característica: a fidelidade aos pobres e a busca pelo direito à terra (LIMA, 2013).

⁵Informações colhidas na internet, disponíveis no site oficial da Comissão Pastoral da Terra de Alagoas. Ver em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br>

De acordo com seu coordenador, a CPT-Alagoas exerce sua atuação a partir de demandas que vão além daquelas emergenciais, tendo em vista as mudanças de táticas de sua atuação. É perceptível elementos que destacam seu repertório de atuação enquanto movimento, buscando garantir a eficácia de suas ações por meio de estratégias que vão de Feiras Camponesas a ocupações de prédios públicos. Tratam-se de ações sustentadas, cujo Estado é quase sempre um agente que se encontra do lado oposto aos interesses da CPT.

Para Tarrow (2009), os repertórios são as reinvenções nas formas das ações coletivas, de forma que, além de ganhar novos adeptos para o MS, garantam sua eficácia diante de situações de confronto. No caso da CPT-Alagoas, sua atuação teve uma reformulação devido às novas demandas que surgiram a partir de ações anteriores, sendo a reorganização do setor sucroalcooleiro um fator determinante para sua nova forma de atuar, saindo da assessoria de movimentos do campo, para um MS que também é responsável pela direção de ocupações de terras (entrevistada número 2).

Sob a perspectiva de sua forma de atuação, destacamos a Ocupação Flor do Bosque, que marcou historicamente a trajetória da CPT-Alagoas (entrevistada número 2). Foi no ano de 1998 que cerca de 300 famílias de sem-terra da região do Vale do Mundaú ocuparam a fazenda Flor do Bosque, localizada no município de Messias (AL). Houve reuniões prévias para preparar a ocupação, sendo deliberado não usar o termo “ocupação” a fim de evitar repressões físicas por parte do Estado. Por isso, foi utilizado o termo “romaria”. Logo em seguida surgiu um novo termo, “Dona Neci”. Este termo foi utilizado para tornar genérica a responsabilização dos acampamentos, tendo como significado: “Dona Necessidade” (Santos, 2014); assim, a culpa das ações era imputada à “Dona Neci”.

A Ocupação Flor do Bosque teve sua importância não apenas por ter sido uma ocupação que reuniu centenas de famílias, mas por ter sido também a primeira ocupação coordenada pela CPT-Alagoas. Após isso, as ocupações lideradas pela CPT espalharam-se por todo o estado alagoano, tornando necessárias mudanças organizativas, espalhando unidades da CPT-Alagoas entre litoral, Zona da Mata e sertão, e carregando a consigna de “pastoral em movimento” (LIMA, 2013).

3.1 A relação da CPT com os partidos políticos e com o Estado

Para garantir o entendimento das possíveis relações existentes entre a CPT-Alagoas e os partidos políticos, nos foi necessário o acesso a interlocutores que pudessem colaborar, a partir de suas vivências, para uma confrontação e uma complementaridade aos dados coletados das reportagens sobre a CPT-Alagoas.

Os princípios que regem a atuação da CPT-Alagoas surgem essencialmente de um setor da Igreja Católica, reconhecido como: Esquerda Católica (LIMA, 2013). Partindo desse entendimento, identificamos o caráter ideológico que norteia a CPT-Alagoas enquanto espaço político dentre os MS alagoanos, carregando consigo a particularidade de organizar-se enquanto Pastoral da Igreja Católica, fato esse que não descaracteriza sua autonomia diante de possíveis estratégias de aproximação ou confronto, seja com o Estado ou com os partidos políticos, como destacaram o coordenador da CPT-Alagoas, o militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Segundo a ex-coordenadora da CPT-Alagoas, um reflexo dessa autonomia existente dentro da CPT-Alagoas seria a possibilidade de filiação partidária por parte dos agentes políticos da comissão, uma relação muito evidente nos anos de 1990, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) a maior referência para essa militância. Mesmo havendo essa aproximação, a autonomia destacada pelas lideranças da CPT-Alagoas é reafirmada por seus integrantes. A fala do entrevistado número 1 nos parece bastante representativa:

A CPT-Alagoas foi bastante crítica ao governo Lula (PT) desde o primeiro momento, mesmo sendo considerado um governo de esquerda. Nós dissemos que o PT não faria reforma agrária, sabíamos que era o mesmo projeto de governo. Existe uma bancada ruralista; o projeto é o desenvolvimentismo. Por isso, sempre mantivemos nossa autonomia. (entrevistado número 1)⁶.

É notável a pluralidade de percepções existentes acerca do diálogo entre a CPT-Alagoas e os partidos políticos, sendo a autonomia significativamente valorizada, percebendo que, mesmo existindo uma crítica ao governo do PT, há militantes orgânicos da CPT-Alagoas que mantêm filiação partidária a esse partido, como afirma a coordenadora da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Notamos que há, entre CPT-

⁶Coordenador da CPT. Entrevista realizada em 2018.

Alagoas e partidos políticos de esquerda, uma cumplicidade que possibilita uma maior mobilização de redes sociais que atraem novos integrantes para os dois grupos, bem como o compartilhamento de militantes (entrevistados números 5 e 6). O mesmo acontece entre a CPT-Alagoas e o Movimento Sem-Terra.

Entre a CPT-Alagoas e os partidos políticos de esquerda há relações estratégicas de diálogo (entrevistados números 5 e 6). Segundo a entrevistada número 4, no ato público realizado anualmente na cidade de Maceió, intitulado “Grito dos Excluídos”⁷ é perceptível como a estrutura partidária não é um impeditivo para possíveis diálogos pontuais com a CPT-Alagoas; desde que exista consenso nas pautas defendidas por ambos, como destacaram os entrevistados 1 e 2.

As manifestações públicas são construídas a partir de demandas pontuais, ou seja, não são atos constantes ou que atendam a um calendário da organização. Dessa forma, a construção das manifestações se dá a partir de assembleias que reúnem diversas lideranças. São nesses espaços que ocorrem os diálogos entre a CPT-Alagoas e os partidos políticos. Segundo os entrevistados números 1 e 6, os partidos políticos que mantêm um diálogo mais próximo com a CPT-Alagoas são os partidos progressistas – partidos de esquerda –, isso por haver interesses comuns. Essa identificação contribui, inclusive, para a participação de lideranças partidárias em espaços internos da CPT-AL, sobretudo na participação em mesas de debate ou palestras de formação política⁸ (entrevistado número 1). Segundos os dados coletados essas atividades formativas representaram, nos últimos 10 anos, as reuniões internas e os debates acadêmicos internos representaram 13,8% das ações da CPT-Alagoas (sem considerar assembleias, seminários regionais e congressos) e são fundamentais para a produção, a reprodução e a difusão das mensagens da CPT-Alagoas em prol dos seus objetivos.

A Feira da Reforma Agrária é um exemplo de ação coletiva que proporciona relações entre a CPT-Alagoas, os partidos políticos e o Estado. Em um primeiro momento é sempre uma relação não conflituosa, marcada pela proximidade e pela colaboração, mas, dependendo da conjuntura, pode se tornar um espaço de confronto, como ocorreu em 2010, quando a CPT-Alagoas se posicionou em oposição à participação do Senador da

⁷Reúne diversos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, lideranças urbanas e rurais. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/09/grito-dos-excluidos-reune-centenas-na-praia-da-avenida-em-maceio.html>. Acesso em: jun. 2018.

⁸Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>. Acesso em: jun. 2018.

República Benedito de Lira, por se opor aos interesses da CPT, tendo sido solicitado publicamente que ele não participasse do café da manhã realizada na Feira Agrária daquele ano⁹. Normalmente, a feira é tida como um espaço de prestação de contas das atividades dos assentados, assim como uma estratégia para dar viabilidade à questão da Reforma Agrária (entrevistada número 2). A Feira Agrária ou Feira Camponesa, representou, ao longo dos últimos 10 anos, 28,3% das ações da CPT-Alagoas.

A CPT-Alagoas estabelece relações com o Estado a partir da necessidade de exigir suas demandas, utilizando-se dos diferentes tipos de estratégias para o atendimento de suas pautas. Segundo um dos entrevistados:

Nossa relação com o Estado surge a partir da necessidade do diálogo, entre aqueles que estão no movimento e aqueles que estão no poder. Se a gente só faz o movimento, mas a gente tem um Estado e um poder, mesmo fazendo críticas, existem momentos em que precisamos sentar com o Estado e dialogar sobre nossas demandas (Entrevistado número 1)¹⁰.

A possibilidade do movimento se reunir e dialogar com o Estado pode surgir a partir de variadas atuações, como foi a Jornada de Lutas pela Reforma Agrária¹¹, em que diversos movimentos rurais e urbanos se reuniram e lideraram ocupações de prédios públicos e realizaram acampamentos, culminando em uma reunião ampliada com o Governo de Alagoas. De acordo com os entrevistados números 1 e 4 são em atos públicos que a CPT-Alagoas mobiliza seus agentes para garantir a eficácia de suas atuações. A mobilização de recursos (materiais e humanos) ocorre de acordo com as oportunidades políticas, sendo a luta e o confronto político elementos fundamentais ao fortalecimento do movimento, como já destacava Tarrow (2009).

Com relação às ações de *insider tactics*, os entrevistados números 1 e 3 destacam que a ocupação de cargos em governos de Estado, não faz parte do repertório da CPT-Alagoas, enfatizando ser, inclusive, um erro tático a ocupação de cargos gestores por militantes de MS.

Assumir cargos de comissão, de governo, não é nossa prática. Achamos que é um desperdício quando colocamos um militante para ocupar esse espaço.

⁹Retirado de: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=214567&e=2>. Acesso em: jun. 2018.

¹⁰Coordenador da CPT. Entrevista realizada em 2018.

¹¹Foi uma sequência de manifestações lideradas pelos movimentos sociais em todo o país, ver em: <http://www.alagoas24horas.com.br/1146442/movimentos-campo-realizam-reuniao-com-o-governo-de-alagoas-na-manha-desta-quarta-feira/>. Acesso em: jun. 2018.

Para mim, é um dos erros do governo do Lula, a militância foi para o governo e a base ficou desorganizada. (Entrevistado número 1)¹².

Apesar de perceber que a tática de *insider tactics* não compõe o repertório da CPT-Alagoas há elementos que evidenciam a prática de assimilação. Uma das entrevistadas destacou que após seu afastamento da CPT-Alagoas, ela ocupou cargo público por indicação política. A entrevistada assim relatou: “Eu fui do INCRA durante o primeiro governo do Lula. Como era governo do PT, me sentia mais à vontade [...]. Não teve a ver com a CPT, não houve indicação, teve a ver com minha experiência no campo” (entrevistada número 2)¹³. Nos parece um caso de assimilação.

No quadro 4 apresentamos, a partir das matrizes de tipos de relações da CPT-Alagoas com o Estado, uma síntese que nos ajuda a compreender as formas de atuação da CPT-Alagoas.

Quadro 4 – Matriz dos tipos de relação entre CPT-Alagoas e Estado, 2008-2018.

	Institucional	Não institucional
Conflitivo	<p>Ações em espaços institucionalizados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Audiência pública. 	<p>Contestação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocupação; • Ato Público; • Caminhada¹; • Nota Pública.
Não conflitivo		<p>Colaboração</p> <ul style="list-style-type: none"> • Feira Camponesa; • Ações de Caridade; • Congressos; • Debates Acadêmicos; • Seminários; • Caminhada.

Nota: a caminhada pode ser um ato conflitivo ou não, dependendo das restrições políticas impostas pelo Estado.

Fonte: Elaboração própria.

A partir da leitura do quadro 4 percebemos a pluralidade existente na relação entre a CPT-Alagoas e o Estado. Nota-se a predominância de ações não institucionalizadas, sejam elas conflitivas (de contestação) e não conflitivas (de

¹²Coordenador da CPT. Entrevista realizada em 2018.

¹³Ex-coordenadora da CPT. Entrevista realizada em 2018.

colaboração). A única relação institucionalizada existente entre a CPT-Alagoas e o Estado ocorre na realização de audiências públicas.

A imbricada relação entre a CPT-Alagoas e a Igreja Católica é usada para justificar uma suposta predominância de ações coletivas não conflituosas, o que a diferenciaria de outros MS. A entrevistada número 2 afirmou que, “nós entendemos nossa limitação por sermos um braço da Igreja; por isso costumo dizer que o MST surgiu para suprir nossas limitações. Eles fazem o que nós não podemos fazer oficialmente, por isso sempre os ajudamos”¹⁴. Contudo, observando as ações coletivas da CPT-Alagoas, notamos que as ações de confronto com o Estado, ainda que não predominantes, são relativamente importantes no conjunto das ações, sendo 20,5% delas, como se vê na tabela 1.

Tabela 1 – Classificação das ações da CPT-Alagoas (2008-2018).

Tipologias de ações	Quantitativo	Percentual (%)
Aproximação	37	22,3
Confronto	34	20,5
Fortalecimento Interno	28	16,9
Ato Ecumênico	12	7,2
Jejum	10	6,0
Não identificável	45	27,1
Total	166	100

Fonte: Elaboração própria.

Observando as narrativas dos entrevistados em contraposição aos dados coletados, nota-se que há uma intenção de legitimar a narrativa de que a CPT-Alagoas é uma organização que busca o não conflito com o Estado. Além disso, é importante ressaltar a valorização da mística existente dentro da CPT-Alagoas, o que a faz demarcar seu lugar no seio da Igreja Católica de Alagoas. Observamos que há um esforço no sentido de fortalecer internamente a CPT-Alagoas, o que se dá por meio de congressos, reuniões, seminários etc.

São variadas as estratégias adotadas pela CPT-Alagoas. Por meio da tabela 2 as apresentamos com mais detalhes.

¹⁴Coordenadora da CPT. Entrevista realizada em 2018.

Tabela 2 – Estratégias adotadas pela CPT-Alagoas, 2008-2018.

Estratégia	Quantitativo	Percentual (%)
Feira Camponesa	47	28,3
Assembleia	18	10,8
Reunião	17	10,2
Ocupação	17	10,2
Nota Pública	12	7,2
Manifestação em via pública	11	6,6
Caminhada	10	6,0
Jejum de Solidariedade	10	6,0
Debate Acadêmico (evento local)	6	3,6
Seminário (evento de amplitude regional)	5	3,0
Congresso (evento de amplitude nacional)	4	2,4
Natal Solidário (ação de caridade anual)	3	1,8
Ocupação seguida de Audiência Pública	3	1,8
Ocupação seguida de Ato público	2	1,2
Ações de caridade (esporádica)	1	0,6
Total	166	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos sites pesquisados e no *blog* oficial da CPT-Alagoas.

Ao listar e classificar as estratégias da CPT-Alagoas observamos: i) a importância da Feira Camponesa para o movimento; ii) que as assembleias e as reuniões têm lugar de destaque enquanto estratégia de agregação dos militantes, assim como para delimitações de pautas; iii) as ocupações, notas públicas e manifestações em via pública evidenciam a sua posição de conflito em relação ao Estado; iv) há uma preocupação com a formação/informação dos militantes, o que fica notório com o número de debates acadêmicos, seminários e congressos realizados (15) em 10 anos e; v) as performances reivindicativas toleradas predominam no repertório da CPT-Alagoas.

A Feira Camponesa é instrumentalizada como a estratégia mais utilizada pela CPT-Alagoas, partindo do entendimento de que a feira é o lugar de prestação de contas à sociedade, ao evidenciar os resultados alcançados na produção agrícola das famílias assentadas e a importância da Reforma Agrária¹⁵. Essa tática, além de garantir a publicidade de sua principal pauta, aproxima a CPT-Alagoas de diversos setores da sociedade, o que corrobora na busca da legitimidade de sua atuação.

Observamos uma significativa preocupação com o uso de espaços internos para a formação/informação dos militantes, tomado como importante na consolidação e na

¹⁵Ex-coordenadora da CPT. Entrevista realizada em 2018; coordenador da CPT. Entrevista realizada em 2018.

formação de quadros¹⁶ do movimento, assim como no fortalecimento de sua identidade coletiva. Nota-se também que a CPT-Alagoas pode ser entendida como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, estando em permanente constituição e buscando reconhecimento na sociedade civil, se aproximando do que Scherer-Warren (2003) entende como Movimento Social. A CPT-Alagoas realiza práticas de lutas pela cidadania que, embora em torno da terra, transcende as reivindicações específicas de uma associação, transcendendo sua prática no tempo e no espaço de uma organização, formando redes de articulações entre organizações e sujeitos, como sugere o conceito de Movimento Social destacado por Scherer-Warren (2003).

É importante ressaltar a proximidade observada entre a ocupação de prédios públicos e a reunião com representantes do Estado. A CPT-Alagoas, antes de atuar ocupando prédios públicos, busca o diálogo com o Estado por meio de reuniões. Algumas vezes, sendo esse diálogo negado, realiza ocupações a fim de forçar o diálogo desejado. Contudo, a CPT-Alagoas busca não priorizar o conflito com o Estado, mas essa pode ser a forma adotada; a depender do contexto de oportunidade política, como nos revelam os dados coletados dos seus últimos 10 anos de atuação. As categorias “confronto” e “aproximação” aparecem nas práticas da CPT-Alagoas, ora independentes, ora resultantes uma da outra; no caso o confronto gerando condições para a aproximação com o Estado. Algumas ações coletivas originalmente conflituosas forçam/induzem o Estado à aproximação e ao diálogo. Essa situação evidencia, em parte, o sucesso de algumas ações coletivas, uma vez que muitas buscam o diálogo e o atendimento de demandas do movimento. Contudo, nem todo confronto é respondido de forma imediata pelo Estado e, às vezes, nem mesmo é respondido em forma de abertura para o diálogo.

Nos chama a atenção que a categoria de aproximação é a segunda mais recorrente. A partir dos dados levantados percebe-se que a função do Movimento Social não é, necessariamente, apenas de confronto, sendo a aproximação com o Estado uma característica fundamental na CPT-Alagoas. Nesse caso, não podemos menosprezar o caráter de proximidade. Como destacou o entrevistado número 1, a proximidade com o Estado é fundamental para garantir o avanço de suas pautas,

¹⁶Por “Quadros” entende-se que são militantes que ocupam cargos de dirigentes e têm legitimidade para cumprir tarefas que possam exigir alguma autonomia do militante (entrevistada número 4).

levando em consideração que o Estado é o responsável pela garantia da promoção de políticas públicas para a população, inclusive para o campo.

A composição do repertório marcado por ações quantitativamente equilibradas de táticas de confronto (37 casos) e de proximidade (34 casos) está relacionada a uma posição da CPT-Alagoas em não adotar táticas puramente conflituosas como eixo central do movimento (entrevistada número 2); estratégia adotada para não se assemelhar a outros MS, tal qual o Movimento Sem-Terra que ela apoia atua em parceria.

Notamos que existe um discurso entre os militantes de que não seria possível chamar a CPT-Alagoas de Movimento Social. Para eles, sua relação existente com a Igreja faz com que suas ações se diferenciem dos demais grupos coletivos. Acreditam que sua caracterização enquanto Movimento Social prejudicaria o reconhecimento de sua função enquanto pastoral da Igreja Católica, que seria de um grupo religioso que intervêm no mundo, buscando auxiliar e defender os menos favorecidos. Entendemos que esse não reconhecimento é uma de suas estratégias de sobrevivência no interior da Igreja Católica e parte da imagem que se deseja passar ao Estado e à sociedade: de um coletivo que não tem o Estado como opositor, caracterizando-se como “pastoral em movimento” (LIMA, 2013). Contudo, pensar a CPT-Alagoas conceitualmente como Movimento Social foi de grande relevância analítica para compreendermos suas reivindicações, repertório e relações com outros atores sociais.

4 Considerações finais

Buscamos compreender de quais formas a CPT-Alagoas se relaciona com o Estado e com os partidos políticos e como se configura seu repertório de atuação. Adotando a tipologia de Movimento Social (TARROW, 2009; TILLY, 2010), ainda que por estratégia esse ator não se autodefinia como tal, observamos que dentre o repertório da CPT-Alagoas predominam ações não institucionalizadas, sejam elas conflituosas (contestação) e não conflituosas (colaboração), embora o discurso seja o de priorizar o diálogo com o Estado. A sua posição mística é mobilizada de forma discursiva, a fim de justificar uma suposta predominância de ações coletivas não conflituosas por parte da CPT-Alagoas, buscando afastar a visão de que são oposição

ao Estado. Observamos que a prática de *insider tactics* não é uma estratégia que faça parte do repertório da CPT-Alagoas, nem tampouco podemos afirmar que a cooptação seja recorrente.

A tentativa do diálogo com o Estado em busca de suas demandas às vezes se dá de forma conflituosa, sobretudo por meio de ocupações de prédios públicos. Com relação aos partidos políticos notamos sua proximidade com os partidos de esquerda, embora buscando manter a autonomia do movimento. Dessa relação ambos são beneficiados, havendo compartilhamento de militantes e ampliação das redes sociais, o que potencializa suas ações. Também identificamos que a Feira Camponesa é a estratégia mais utilizada pela CPT-Alagoas, sendo usada para prestação de contas à sociedade e divulgação de suas ações e demandas.

A CPT-Alagoas tem em seu repertório estratégias de uso de espaços internos para a formação/informação dos militantes, o que possibilita a existência de uma identidade coletiva, a mobilização dos sujeitos e o recrutamento de quadros. Acreditamos que pensar os movimentos sociais para além da dicotomia conflito-cooptação abre novas possibilidades analíticas. No caso da CPT-Alagoas esse esforço nos pareceu frutífero.

Pensar a CPT-Alagoas conceitualmente como Movimento Social foi uma estratégia analítica que nos possibilitou compreender suas reivindicações, seus repertórios e suas relações com outros atores sociais, mais precisamente com o Estado e com os partidos políticos de esquerda.

Acreditamos que o presente estudo auxilia no entendimento acerca da pluralidade existente nas abordagens dos MS, quanto ao observar suas formas de atuação e sua relação com outros atores sociais. Chamamos a atenção para o fato de que há atores coletivos que não se autointitulam como movimentos sociais, mas que o afastamento desse conceito impossibilitaria compreender seu repertório e suas relações com outros atores.

Referências

ALONSO, Angela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sant/v2n3/2238-3875-sant-02-03-0021.pdf>. Acesso em: dez. 2017.

BODART, Cristiano das Neves. *Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. (Orgs.). *Conflitos no Campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

FERREIRA NETO, José Ambrosio. *A atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Campos dos Goytacazes, RJ: uma análise do Assentamento Zumbi dos Palmares*. 150 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

GOHN, Gloria Maria. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo, 2007.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. *Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no Brasil*. Tese. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LIMA, José Carlos da Silva. *CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo*. In: *Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2013.

LIMA, José Carlos da Silva. *Terra, poder e liberdade: a ocupação sem terra na Flor do Bosque*. Dissertação de mestrado. Programa da Pós-graduação em História. Universidade Federal de Alagoas, 2016.

MACHADO, Adriano Henrique. *A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à ideia de formar um novo partido*. Fortaleza, 2009.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. *A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*. 502 fls. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Faria da. *Ação contenciosa: repertórios, táticas e performances*. In: *18º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Brasília. 26 a 28 de junho de 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34257446/Ação_Contenciosa_repertórios_táticas_e_performances. Acesso em: mai. 2018.

SANTOS, Jéssica Ferreira dos. *Lutas Sociais no campo de Alagoas: a mobilização da Comissão Pastoral da Terra*, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. *Revista Política & Trabalho*. Edição 19. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6501> . Acesso em: ago. 2018.

SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. In: *Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, Ecuador*, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/15323301/Movimentos_sociais_no_Brasil_institucionaliza%C3%A7%C3%A3o_e_contesta%C3%A7%C3%A3o . Acesso em: fev. 2018.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Why? What happens when people give reasons... and why*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TILLY, Charles. Movimento Social como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3, jan.-jun., pp. 133-160, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562> . Acesso em: jun. 2018.

Sites visitados

Blog da CPT Alagoas. Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com/> . Acesso em: jun. 2018.

GazetaWeb. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/> . Acesso em: jun. 2018.

TNH1. Disponível em: <http://www.tnh1.com.br/> . Acesso em: jun. 2018.

CadaMinuto. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/> . Acesso em: jun. 2018.

Recebido em: 18 mai. 2022.

Aceito em: 10 jun. 2022.

COMO REFERENCIAR

BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, Geysson dos Santos. A Comissão Pastoral da Terra de Alagoas: repertório e formas de interações. *Latitude*, Maceió, v. 16, n. 1, p. 210-233, 2022.